

# A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA GARIMPEIRA EM RORAIMA: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DOS ESTUDOS CULTURAIS | *THE PRESERVATION OF MINING MEMORY IN RORAIMA: AN ANALYSIS THROUGH CULTURAL STUDIES*

DOI: [10.24979/ambiente.v18i1.1567](https://doi.org/10.24979/ambiente.v18i1.1567)

Pedro Henrique Barbosa da Silveira 

**Resumo:** O garimpo é uma atividade histórica em Roraima, defendida por parte da população como fonte de sustento mesmo sendo ilegal na Terra Yanomami. A figura do garimpeiro é romantizada como trabalhador honrado por defensores da atividade, e o presente artigo busca compreender como essa representação é construída. Com auxílio dos estudos culturais, é possível apontar que a defesa do garimpo necessita de uma memória coletiva que ressalta as dificuldades da vida do garimpeiro que depende do trabalho ilegal para se sustentar, enquanto relativiza o sofrimento de indígenas e impactos ambientais irreversíveis. Ao longo da história, o garimpo no Brasil é marcado pela exploração trabalhista análoga a escravidão e a marginalização. Interesses garimpeiros em Roraima existem desde a descoberta de minérios na Serra do Tepequém, e chegam ao ápice entre 1987 e 1993, quando ocorreu a “corrida do ouro” na Terra Indígena Yanomami. Após a demarcação do Território e vários anos de combate contínuo, o garimpo na região voltou a virar tendência local durante o mandato do presidente Jair Bolsonaro (2019-2023). Conclui-se que a narrativa pró-garimpo atual é sustentada por militares, empresários e políticos roraimenses. Mesmo com operações interministeriais dos últimos dois anos terem reduzido a nova onda garimpeira na Terra Yanomami, a luta contra a atividade ilegal também precisa passar pela disputa da memória coletiva. A esperança de desenvolvimento econômico do garimpo precisa ser desmistificada, e os impactos mais trágicos da atividade precisam ser amplamente lembrados e divulgados para que não corram o risco de apagamento pela memória seletiva pró-garimpeira.

**Palavras-chave:** garimpo; Roraima; Terra Yanomami; Estudos culturais.

**Abstract:** Gold mining is a historical activity in Roraima, defended by part of the local population as a livelihood, even when illegal, as in the Yanomami Indigenous Land. The figure of the *garimpeiro* (small-scale miner) is romanticized as an honorable worker by proponents of the activity, and this article seeks to understand how this representation is constructed. With the help of cultural studies, it becomes clear that defending gold mining requires a collective memory that emphasizes the hardships faced by miners who depend on illegal work for survival, while downplaying the suffering of Indigenous peoples and irreversible environmental damage. Historically, mining in Brazil has been marked by exploitative labor conditions akin to slavery and marginalization. In Roraima, mining interests date back to the discovery of minerals in Serra do Tepequém, and it peaked between 1987 and 1993 during the "gold rush" in the Yanomami Indigenous Land. After the territory's demarcation and years of enforcement efforts, illegal mining resurged during President Jair Bolsonaro's term (2019-2023). The current pro-mining narrative is sustained by military, business, and political interests in Roraima. Although intergovernmental operations in recent years have reduced the new wave of mining in Yanomami territory, the fight against illegal activity must also address the battle over collective memory. The false promise of economic development through mining must be debunked, and the most devastating impacts of the activity must be widely publicized to prevent their erasure by selective pro-mining narratives.

**Keywords:** mining; Roraima; Yanomami; Cultural Studies.

## 1.1 Introdução

O garimpeiro é uma figura popular no estado de Roraima. Seria impossível analisar a história de Roraima no século XX sem em algum momento se deparar com a participação dos garimpeiros. Mesmo na atualidade, no contexto das redes sociais como o Instagram, é possível observar uma ampla defesa do garimpo na Terra Yanomami em páginas voltadas para repercussão de notícias roraimenses. Mesmo que a prática seja ilegal, centenas de usuários na internet defendem a figura do garimpeiro roraimense como a de pai de família, trabalhador, que acredita em um futuro melhor para si e a sociedade roraimense (Silveira, 2023). Isso dá ao garimpeiro uma representação que chega a beirar o folclórico por parte da população roraimense, e a defesa dessa figura contém fortes impactos para o meio ambiente e a superestrutura da sociedade roraimense. Para compreender esses pontos, recorre-se à análise qualitativa da história do garimpo roraimense com auxílio dos estudos culturais, derivados do materialismo histórico.

Os estudos culturais surgem em meados da década de 1950, inicialmente no Reino Unido, como uma forma de questionar a distinção polarizada entre alta cultura, erudita e usufruída pela elite, e a baixa cultura, popular e proveniente das massas. A conclusão do questionamento é de que essa distinção é falsa, e usada pela elite britânica para que sua dominância sobre os trabalhadores seja percebida como não somente econômica, mas também simbólica. Uma forma dos privilegiados dizerem que, mesmo sem as diferenças de poder econômico, “nós não somos como vocês”. Como se ser parte da elite fosse um dom, um estilo de vida, um comportamento, e portanto a classe trabalhadora deveria se colocar “no seu lugar” (Hall, 2013).

Williams (2011) estende esse debate e traz a cultura como um conceito amplo, que abrange todas as formas de expressão e prática humanas. Algo que abrange tanto obras quanto as práticas cotidianas, e dá significado para a vida social de cada um. O conceito é denso e de caráter interdisciplinar. Para o presente artigo, vale destacar o papel que a memória possui para os estudos culturais no processo de construção da visão de mundo de cada um.

Nas ciências humanas, o conceito de memória é chave para compreender a perpetuação de tradições e fenômenos históricos no contemporâneo. A memória consiste em uma propriedade do cérebro capaz de conservar e interpretar informações pretéritas. Le Goff (2013) aponta que além da memória ser individual, ela também pode ser coletiva. Para o autor, a memória coletiva consiste em uma forma mítica e deformada de enxergar a história, que é vivida por um conjunto de pessoas para que haja a conexão entre o passado e o presente (p. 29). Ou melhor, para que uma visão seletiva do passado possa justificar a razão de ser do presente.

Essa poderosa capacidade da memória coletiva faz com que ela seja alvo de diversas disputas. Hall (2013) destaca que fenômenos históricos podem ser preservados ou esquecidos pelos povos, algo que depende de forças que disputam o domínio popular da narrativa

sobre tais fenômenos (p. 288-9). As forças podem ser ideológicas, políticas, econômicas ou as três ao mesmo tempo, e são munidas com o objetivo de adquirir relevância e influência popular. Williams (2011) observa que a cultura pode ser percebida como um campo onde ocorrem disputas de diferentes grupos para impor seus significados e valores. Isso implica que certos grupos conseguem ter poder hegemônico, o que resulta na adoção de valores como naturais e inequívocos. Com isso, a percepção de realidade de um coletivo pode ser moldada segundo o poder narrativo daqueles que tenham influência o suficiente para tal, sejam eles políticos, empresários ou comunicadores.

O objeto de análise aqui é o discurso de defesa ao garimpo ilegal em Roraima, uma narrativa que disputa espaço com o discurso que apoia a preservação da Terra Indígena Yanomami. Partindo do princípio de que a figura do garimpeiro é celebrada por parte da população roraimense, a indagação do presente artigo é de compreender como esse discurso é construído com auxílio da preservação da memória coletiva e a reafirmação identitária. O caráter multidisciplinar dos estudos culturais permite que referências históricas, antropológicas e sociológicas sejam adotadas como parte da literatura analisada. Ao encarar o passado e o presente da atividade, pode ser possível observar algumas características que compõem o discurso que enaltece o garimpeiro em detrimento ao meio ambiente e as vidas de indígenas Yanomami.

## 1.2 História Do Garimpo No Brasil E Na Amazônia

A garimpagem brasileira nasce como um sonho português. Schwarcz e Starling (2015) observam que a coroa portuguesa desejava encontrar grandes quantidades de ouro e prata no Brasil. Isso se deve à farta extração de metais preciosos que a Espanha já fazia em seus territórios sul-americanos. Após os espanhóis se depararem com uma montanha inteira de prata na cordilheira dos Andes, onde hoje fica a Bolívia, o imaginário europeu sobre as enormes quantidades de metais preciosos que poderiam existir na América do Sul (Schwarcz e Starling, 2015. p. 107-8).

O exemplo mais icônico desse imaginário europeu da época é a criação da lenda de El Dorado, usada para se referir à principal liderança indígena da etnia muísca, na região central da Colômbia. Exploradores espanhóis relatam que ao ser coroado como rei, o soberano era coberto com ouro em pó. Subsequentemente, ele subia em uma canoa e jogava pedras preciosas no rio, como uma forma de agradar os deuses<sup>1</sup>.

Com o passar do século XVI, esses relatos insuflaram desejos de europeus pelas preciosidades minerais presentes nessas lendas, fazendo-os imaginar que existia uma civilização coberta de ouro no meio da região onde hoje conhecemos como floresta amazônica. Como

---

1 Pesquisadores revelam a verdade por trás do mito de El Dorado. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/01/130121\\_pesquisa\\_mito\\_eldorado\\_mv](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/01/130121_pesquisa_mito_eldorado_mv) Acesso em 25 de dezembro de 2024

consequência, várias foram as tentativas de encontrar esse local idealizado por aventureiros em regiões que hoje integram os territórios da Colômbia, Peru, Venezuela e Brasil<sup>2</sup>.

No caso da coroa portuguesa, de acordo com Schwarcz e Starling (2015. p. 108), já existiam relatos de descobertas de ouro desde 1561 em regiões onde hoje estão os estados de São Paulo e Paraná. Entretanto, ainda era pouco para o apetite dos portugueses, que ainda dependiam majoritariamente da escravatura e da extração de açúcar para sustentar o império no Atlântico Sul.

O garimpo passa a ganhar protagonismo na exploração portuguesa do Brasil somente a partir de 1697, quando a cidade de Salvador, na época considerada a sede administrativa de Portugal na colônia, é notificada de que foi encontrado um ouro escuro e fosco misturado com cascalhos no córrego Tripuí. A descoberta desse mineral se mostrou tão relevante para Portugal que a vila pela qual passava o córrego ganhou o nome de Ouro Preto. A partir daí, muitas descobertas como essa ocorreram nas proximidades da região. Os diversos locais descobertos pela região hoje compõem o estado de Minas Gerais. Um lugar onde era possível encontrar minas de formas gerais por todo o território.

O território de Minas Gerais foi explorado inicialmente por moradores da vila São Paulo, onde hoje fica a cidade mais populosa da América do Sul. A vila nasceu de missões religiosas, e já era notória antes do ouro pelas expedições de habitantes que objetivavam capturar e escravizar indígenas. Foi assim que surgiram os deslocamentos que levaram ao descobrimento de Ouro Preto. E mesmo que a coroa portuguesa quisesse manter o ouro escuro como um segredo, já era tarde demais. A partir do início do século XVII, milhares de pessoas do litoral da colônia e de Portugal já sabiam da oportunidade de rápido ganho financeiro e começaram a debandar para a então pequena vila São Paulo, com o sonho de encontrar riquezas minerais nas expedições que partiam de lá. Esse foi o início da corrida pelo ouro. (Schwarz e Starling, 2015. p. 113-114)

A reportagem “Garimpo no Brasil - Uma Breve História”, do portal da Câmara dos Deputados, cita que a expansão do território nacional no século XVII ocorreu, mesmo com a limitação teórica do Tratado de Tordesilhas, por causa de bandeirantes que partiam do litoral sudeste do país em direção ao interior, onde hoje ficam as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Esses exploradores trabalhavam para a coroa portuguesa, que arrecadava os minérios para pagar dívidas com a Inglaterra (Oliveira, 2012).

O trabalho braçal do garimpo no Brasil sempre foi feito por pessoas marginalizadas. Conforme Póvoa Neto (1997. p. 45), assim que a garimpagem iniciou em larga escala no Brasil, após regulamentação da coroa portuguesa, a massa de pessoas era descrita como “aventureiros da Europa atraídos pelo ouro, mestiços livres e pobres nascidos na colônia, ex-escravos fugidos ou alforriados”.

---

2 El Dorado, a lendária cidade do ouro. Disponível em: [https://www.nationalgeographic.pt/historia/dorado-a-lendaria-cidade-do-ouro\\_3526](https://www.nationalgeographic.pt/historia/dorado-a-lendaria-cidade-do-ouro_3526) Acesso em: 25 de dezembro de 2024

O povo marginal era visto como indesejável para o serviço. O temor da coroa portuguesa era de que ocorressem conflitos e revoltas. Entretanto, com o passar das décadas, essa massa de nômades foi responsável por grande parte das descobertas de jazidas de ouro em regiões onde hoje estão os estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. O relatório *A Reinvenção do Garimpo* (Cabette-Fábio, 2022) afirma que “com isso, a coroa portuguesa passou a incentivar a prospecção do ouro, concedendo aos descobridores de jazidas prêmios, participações sobre os achados, títulos de nobreza e cargos militares. A primeira regulamentação sobre os métodos e processos de extração do ouro foi implementada em 1730, assim como o imposto de 5.000 réis por escravo empregado”.

Isso mudou no século XVIII, quando mineradores autônomos foram colocados na clandestinidade. O motivo foi a descoberta de jazidas de diamantes, mais valiosos e raros que o ouro. Portugal prontamente criou os “distritos diamantinos”, onde somente trabalhadores ligados à monarquia podiam atuar. (Póvoa-Neto, 1997)

Mesmo assim, vários eram os casos de exploradores que atuavam nessas localidades clandestinamente em “grimpas”, nos cumes de serras. Aqueles que se aventuraram na ilegalidade eram chamados de “grimpeiros”, mas, ao longo dos anos, o termo passou a ser popularizado como “garimpeiros”

O termo “garimpeiro” surge naquele período para representar estereótipos desses autônomos, tais como “aventureiros”, “marginais”, “insubordinados” e “errantes”. Não importava o quanto a coroa portuguesa tentasse, os minérios continuavam abastecendo um grande mercado ilegal. Este é o início da representação cultural do garimpeiro brasileiro, e até hoje é uma forma popular de se referir ao garimpeiro.

Multiplicaram-se, assim, as notícias quanto aos que, percorrendo as grimpas (cristas) das serras, extraíam diamantes clandestinamente, desafiando as autoridades coloniais. Tais grimpeiros, mais tarde garimpeiros por corruptela, foram personagens conhecidos cronistas da Colônia, com sua atuação registrada em todas as áreas de mineração durante os Setecentos. Também no século XIX, os viajantes, naturalistas e cronistas estrangeiros assinalaram a persistência do garimpo ou faiscação nas antigas áreas mineradoras de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Findo o período colonial, e a legislação mineral então adotada, o garimpeiro persistiu como trabalhador que burlava as interdições territoriais à pequena mineração, ocupando novas áreas para exploração ou reaproveitando jazidas antigas. A associação tanto com a clandestinidade quanto com a mobilidade espacial - constituintes do próprio conceito de garimpo - permaneceu até os dias de hoje, ainda que nem sempre adequada às diversas formas assumidas pela atividade (Póvoa-Neto, 1997, p. 46).

Os primeiros relatos portugueses sobre a região do Rio Branco, onde hoje está situado o estado de Roraima, são de 1637. Ingleses, espanhóis e holandeses também tentaram

invadir o local, mas foram derrotados. No século XVIII, foram implementadas fazendas nacionais com rebanhos de gado para abastecimento de ocupações nos rios Amazonas e Negro. Entre elas, o Vale do Rio Branco, incorporado à capitania do Rio Negro após sua criação em 1755. O contato de missões religiosas com indígenas era constante (Silveira, 1988).

Surge desse processo uma nova população de “locais” que tinha a herança cultural indígena, porém já influenciada pela mentalidade extrativista europeia. A mestiçagem de portugueses com indígenas era comum e o crescimento desse povo ocorreu no século XVIII, após os jesuítas serem expulsos do Brasil. Assim, uma oligarquia local é estabelecida, e uma população formada por descendentes de indígenas desapropriados de suas comunidades e mestiços se desenvolve (Ribeiro, 2015. p. 233).

Na reta final do século XIX, a revolução industrial ganha espaço em territórios europeus e norte-americano. Nesse período, a Amazônia ganhou protagonismo internacional por ser até então o único local do mundo onde era possível encontrar seringais, plantas que continham borracha, matéria prima importante para a indústria automobilística.

Assim, teve início o ciclo da borracha, que acarretou grande traslado de mão de obra nordestina para a Amazônia por meio de contratantes, uma vez que a população local era insuficiente para cumprir a demanda do mercado internacional. Ribeiro (2015) estima que cerca de meio milhão de nordestinos foram levados para a Amazônia nesse processo. Para ele, “o que fazia os seringais atrativos era a propaganda oficial e toda uma rede de recrutamento mantida no sertão e nos portos, assim como a própria miserabilidade sertaneja, que não oferecia outra alternativa senão a aventura amazônica” (Ribeiro, 2015 p. 242).

Belém e Manaus viraram grandes centros metropolitanos com portos que contavam com o fluxo de centenas de navios para levar borracha e trazer todos os tipos de novas aparelhagens industriais. Nessas cidades, plantas arquitetônicas passaram a ter “requintes europeus”, com prédios luxuosos, sistema de esgoto e rede elétrica. Essa transformação estética é hoje conhecida como “*Belle Époque*”. No fim do século XIX, a borracha representava quase 40% de todas as exportações do Brasil (Ribeiro, 2015).

O garimpo roraimense surge atrelado à decadência do ciclo da borracha na década de 1910. Após anos de tráfico de sementes de seringueira por ingleses, a borracha passou a ser produzida de forma mais barata na Ásia. Como consequência, uma enorme crise econômica atingiu a Amazônia.

Registros de garimpeiros em Roraima existem desde as primeiras décadas do século XX. Um marco primário da formação da cultura garimpeira roraimense são os relatos sobre a descoberta de diamantes na Serra do Tepequém durante a década de 1930. O geólogo guianense Mezach Breusntz, conhecido na época como Bruston, foi contratado pelo fazendeiro Antônio Piauú, que tinha propriedades na serra, para atestar se haviam minérios que poderiam ser explorados na região. Após esse processo, demorou somente



alguns anos para que a descoberta gerasse interesse de milhares de pessoas em situação de alta vulnerabilidade social nas regiões norte e nordeste do país (Nascimento e Silva, 2019).

Silveira (1988) afirma que em 1943, quando o então presidente Getúlio Vargas assinou o decreto-lei que separou a região do estado do Amazonas e delimitou o território federal de Roraima, a extração de minérios já representava 59,5% de toda a produção econômica daquela localidade.

Assim como os portugueses séculos antes e os militares algumas décadas depois, Vargas temia invasões estrangeiras no norte do país. A preocupação dele era com britânicos e franceses que contavam com colônias próximas de Roraima (Guiana Inglesa e Francesa). É nesse período que as políticas públicas voltadas para o incentivo da migração de nordestinos começam a acontecer, mesmo que de forma rudimentar devido à falta de uma estrutura urbana ou sanitária apropriada em Boa Vista. Contudo, com o envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial, esses projetos ficaram em segundo plano (Veras, 2009).

Nos anos 1940, Boa Vista era vista como a única cidade no território roraimense de apoio para garimpeiros, uma vez que foi nesse centro urbano que ocorriam as trocas de materiais preciosos em comércios. A cidade também era um ponto de descanso, com possibilidades para se entreter nos bares ou comprar melhores equipamentos para o garimpo. Para uma região com tamanha concentração do fluxo de minérios, muito ainda precisava ser feito pelo Governo Federal para que o comércio pudesse ganhar maior notoriedade nacional (Veras, 2009).

De 1944 a 1950, investimentos federais possibilitaram o Plano Urbanístico de Boa Vista, com asfaltamento das ruas, abastecimento hidráulico e construção da Praça do Centro Cívico. O projeto foi desenvolvido pela firma do engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson (Nascimento, 2016).

Em 1948, a estrada BR-17 (que no futuro será parte da BR-174) foi construída para ligar Boa Vista e Caracaraí, no sul de Roraima, como forma de contornar dificuldades de locomoção fluvial nos períodos de cheia do rio Branco. Na década de 1950, 228 famílias, na maior parte maranhenses, foram assentadas e distribuídas em três projetos de colônias agrícolas (Silveira, 1988).

O Censo de 1960 mostra que havia 28.304 habitantes em Roraima. Nos anos 1980, a população chega a 79.159 pessoas e, em 2000, já são 324.397 mil (Diniz e Santos, 2005. p. 27-31). O crescimento populacional de Roraima não ocorreu do dia para a noite, mas há um período na história que marcará esse fenômeno, e contribuirá para o desenvolvimento da mentalidade pró-garimpo da atualidade: a ditadura militar, que perdurou de 1964 até 1985.

Em 1967, ano que Costa e Silva assumiu a presidência do Brasil, o governo federal iniciou uma série de investimentos voltados para o território amazônico. Os objetivos eram vários: extração de riquezas naturais, estímulo de investimentos privados, incentivos da

migração de nordestinos em situação de vulnerabilidade e a ocupação populacional do norte do país para dificultar invasões estrangeiras.

Uma parte importante desses investimentos foi a construção da rodovia Transamazônica. Menezes (2007) define essa estrada como um traçado transversal que corta o Brasil no sentido Leste-Oeste, ligando as regiões norte e nordeste do país por via terrestre. Ela foi construída entre 1970 e 1974, durante o governo do presidente Emílio Médici, mas até hoje conta com vários trechos não pavimentados.

Para que o projeto de povoamento da região Norte funcionasse, era necessário unir interesses de setores privados com os da sociedade civil em um objetivo comum. A censura da imprensa era um dos principais mecanismos de controle da ditadura militar brasileira, e isso foi utilizado para que não houvesse a popularização de discursos críticos ao desmatamento desenfreado e a falta de sensibilidade com indígenas no projeto de urbanização da Amazônia (Ortiz, 1988).

Os militares eram guiados pela Ideologia de Segurança Nacional, uma estratégia militar pautada pelo crescimento econômico com uso de capital estrangeiro, eliminação de “inimigos internos” e forte aparelhamento territorial. Para conquistar esses objetivos, era preciso mais do que apenas silenciar opositores políticos. Foi por isso que a ditadura militar passou a adotar o discurso de que o desmatamento da Amazônia seria benéfico para todos os brasileiros e que isso representaria a emancipação do Brasil. (Ortiz, 1988)

No início das obras, duas justificativas eram especialmente divulgadas midiaticamente para a construção da estrada. Uma delas apresentava a Amazônia como uma solução prática para nordestinos afetados por secas sazonais do sertão brasileiro, uma vez que a população afetada poderia migrar para o norte do país. A outra é o desejo do governo federal de maior ocupação populacional na região amazônica, seja por medo de invasões estrangeiras ou apenas pelo desejo de exploração das riquezas nacionais da floresta. Uma peça publicitária da Agência Nacional de 1970 sintetiza as duas justificativas com o bordão “O homem sem terras no nordeste, e a terra sem homens na Amazônia”<sup>3</sup>.

Além da propaganda oficial, o governo militar fez parcerias com diversas empresas privadas para que produtos fossem divulgados com “temática amazônica”, exaltando o desmatamento provocado pela construção da rodovia Transamazônica. Volkswagen, Ford, Mercedes-Benz, Bordon-S.A, Coldex e Springer são algumas das empresas beneficiadas. A Volkswagen se mostrou uma das empresas mais leais ao regime militar, e protagonizou um empreendimento agropecuário de 140 mil hectares na floresta amazônica em parceria com o governo na década de 1970. O projeto foi descontinuado em 1986 após diversas denúncias de violações a direitos trabalhistas e queimadas ilegais de milhares de hectares ganharem repercussão internacional (Santos, 2019).

---

3 Vídeo “A Transamazônica (dictatorship propaganda) - optional english subtitles” <https://www.youtube.com/watch?v=vx4sZ6Srw7c>. Acesso em: 02.04.2025



A divulgação de pesquisas geológicas do projeto RADAM, criado pela ditadura na década de 1970 para mapear localidades amazônicas com riquezas naturais, também foi utilizado como peça publicitária. Os esforços da ditadura para incentivar a locomoção de pessoas de outros estados para Roraima se mostraram frutíferos em um primeiro momento, mas nada iria se comparar com a grande corrida pelo ouro na Terra Yanomami que iniciou em 1987 e se estendeu até 1993. (Dalmonego; Oliveira; Roberti Junior; Reis, 2024)

A corrida pelo ouro iniciou alguns anos após o fim da ditadura militar, e foi incentivada principalmente pela alta do valor do ouro no mercado internacional e o esgotamento do garimpo da Serra Pelada, no estado do Pará. A negligência do Governo Federal e os incentivos feitos pela administração do território federal de Roraima também foram importantes nesse processo. Ainda em 1987, a Fundação Nacional do Índio (Funai), na época chefiada por Romero Jucá, suspendeu convênios de assistência de saúde para os Yanomami. Para além da retirada de medicamentos, a ação também impediu que servidores estivessem presentes para denunciar crimes contra os indígenas. Na época, a justificativa do órgão foi que a medida seria necessária para evitar que servidores fossem feridos durante conflitos entre indígenas e garimpeiros. Em 1990, a estimativa era de que haviam cerca de 40 mil garimpeiros em 400 garimpos onde hoje está situada a Terra Indígena Yanomami, ao noroeste de Roraima (Dalmonego; Oliveira; Roberti Junior; Reis, 2024). Segundo Junior (2014), a presença de tantos garimpeiros rapidamente foi vista por políticos como uma oportunidade, “fazendo com que as forças políticas locais se aliassem a esse novo grupo de potenciais eleitores” (p. 53).

Albert (2001) descreve em detalhes a forma que garimpeiros e indígenas se relacionaram durante a corrida do ouro. Ao se depararem com comunidades Yanomami, os garimpeiros primeiro se aproximavam de forma amigável e ofereciam comidas e bens. Os indígenas viam a garimpagem como algo irrelevante, e permitiam a circulação de pessoas. Alguns até mesmo ironizavam, chamando os garimpeiros de “tatus comedores de terra”. Após um tempo, cresce significativamente o número de garimpeiros próximos das comunidades, e a cordialidade do primeiro momento é abandonada. Os indígenas ficavam irritados, e passavam a exigir mais bens para compensar os transtornos. Os garimpeiros também se irritavam, e exigiam que os Yanomami se afastassem dos garimpos com promessas de mais presentes no futuro. A saúde dos indígenas começa a piorar devido à poluição da flora, a escassez de animais e a transmissão de doenças como a malária e a gripe. Todos sintomáticos do garimpo e a presença de invasores.

Isso fez com que os indígenas se tornassem dependentes de doações de garimpeiros para sobreviverem. Derivado disso, surge o estereótipo roraimense do indígena que “não quer trabalhar”, só gosta de “receber doações” e “não sabe se virar sozinho”. Uma análise equivocada, mas que é até hoje utilizada pela memória coletiva garimpeira para colocar o indígena no lugar de empecilho para o desenvolvimento econômico da região amazônica. Um “selvagem” que deve ser “civilizado” ou um obstáculo a ser superado.

Santos (2013) aponta que a maior parte mídia local foi conivente com a garimpagem, e criticava a atuação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) na Terra Yanomami. O órgão, subordinado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), prestava assistência social aos indígenas, algo que desagradava os grupos políticos e oligarquias regionais que controlavam os meios de comunicação locais.

Um exemplo citado por Santos (2013) é da reportagem “Cimi é especulativo e quer que índio fique na vitrine”, assinada por Plínio Vicente. Nela, o presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), Edgar Rodrigues, defende que indígenas tenham autonomia para explorarem na extração de recursos naturais, e critica a atuação da CNBB. Romero Jucá também é entrevistado na matéria, e diz que a Funai rompeu convênios com a igreja católica para possibilitar a suposta autonomia.

Em nível nacional, o jornal Estado de São Paulo publicou a reportagem “A conspiração contra o Brasil” como matéria de capa da edição de 9 de agosto de 1987. A matéria acusa o Cimi de fazer parte de uma conspiração protagonizada por austríacos que teria o objetivo de “expulsar” brasileiros do território Yanomami para que eles possam se aproveitar dos recursos naturais da região<sup>4</sup>. Naquele ano, a Constituição Federal de 1988 estava sendo elaborada pela Assembleia Constituinte, e a reportagem alertou para o risco de que o Estado Brasileiro adotasse uma “soberania restrita” sob os territórios indígenas. Em resposta, o Cimi publicou o documento “A verdadeira conspiração contra os povos indígenas, a igreja e o Brasil”. Nele, o Cimi acusa o jornal de ter feito uma denúncia caluniosa para atender aos interesses financeiros da mineradora Paranapanema S.A, que já extraía minerais na floresta amazônica desde a década anterior com apoio da ditadura militar (Cimi, 1987).

Em 1988, Romero Jucá foi nomeado pelo presidente José Sarney como governador do então Território Federal de Roraima. Já em 1989, Jucá apresentou para Sarney um projeto para criar reservas de garimpagem no território Yanomami, o que foi contestado judicialmente pelo Ministério Público Federal. Enquanto isso, lideranças Yanomami criavam uma comissão voltada para denunciar os abusos praticados pelos garimpeiros na Justiça e imprensa internacional. Davi Kopenawa, por ser o líder mais vocal nas denúncias e reivindicações do seu povo, tornou-se o principal representante desse movimento. As constantes pressões midiáticas, jurídicas e políticas alimentadas pela comissão foram bem sucedidas, e culminaram na homologação da Terra Indígena Yanomami em 1992 pelo presidente Fernando Collor de Melo (Dalmonego; Oliveira; Roberti Junior; Reis, 2024).

Mesmo com essa vitória, anos de trabalho contínuo do Governo Federal foram necessários para diminuir o número de invasores e tornar a situação dos Yanomami ao menos estável. A tensão entre indígenas e garimpeiros também não desapareceu de uma hora para a outra. Em 1993, ocorreu o massacre de Haximu, financiado por quatro empresários

---

4 Reportagem “A conspiração contra o Brasil” na íntegra disponível no portal da Biblioteca Nacional do Senado Federal; Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/186930?show=full> Acesso em 05.04.25

de garimpos próximos da comunidade. Entre os 16 mortos a tiros de espingarda e golpes de facão, estão idosos, adolescentes, crianças e bebês. O crime foi motivado pela insistência constante dos indígenas por comida, cada vez mais escassa na mata por causa do garimpo (Albert, 2001).

Os dados apresentados até aqui demonstram várias das características de como a figura do garimpeiro é percebida pela sociedade roraimense. A memória coletiva se apropriou dos acontecimentos históricos para que a imagem do garimpeiro roraimense seja de alguém que é trabalhador, pai de família, de baixa renda, religioso, dotado de um instinto aventureiro e que desempenha o papel de agente do “progresso” na floresta amazônica.

Em contraste, a memória de atos violentos como o massacre de Haximu demonstra a natureza criminosa que gravita em torno da garimpagem. Para além da mão de obra explorada de forma irregular por grandes empresários, nos garimpos contemporâneos há mercenários, facções criminosas e a prostituição de menores de idade.

### 1.3 Garimpo Contemporâneo Em Roraima

A atual manutenção do garimpo na Terra Yanomami tem como marco as eleições de 2018. Naquele pleito, um candidato abertamente favorável à legalização do garimpo em Terras Indígenas foi eleito presidente pela primeira vez na história da recente democracia brasileira. Jair Bolsonaro recebeu 71,55% dos votos em Roraima no segundo turno daquela eleição, sendo este o segundo estado que mais votou nele, ficando atrás apenas de Santa Catarina<sup>5</sup>. Nos anos 2000 e 2010, ainda existiam algumas denúncias que apontavam presença do garimpo ilegal em Terra Yanomami. Em 2016, por exemplo, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) constatou presença de mercúrio nos corpos de indígenas Yanomami<sup>6</sup>. Entretanto, a partir de 2019, o fluxo de garimpeiros na Terra Yanomami aumentou significativamente.

Dois relatórios divulgados em 2022 comprovam esse fenômeno: (1) “Yanomami sob ataque”, de autoria da Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye'kwana, com assessoria técnica do Instituto Socioambiental (ISA), e (2) “A reinvenção do garimpo”, escrito pelo jornalista André Cabette Fábio, em projeto do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced) e Museu Nacional do Rio de Janeiro.

No relatório, “Yanomami sob ataque”, é citado que o desmatamento gerado pelo garimpo cresceu 3350% entre 2016 e 2020. O dado é da Mapbiomas, uma iniciativa que usa imagens via satélite da Google para fazer levantamentos do tipo. Ainda segundo o relatório, a área devastada pelo garimpo na Terra Yanomami era de 1.200 hectares em 2018. Em 2022, essa área quase triplicou, chegando a 3.272 hectares, com incremento de

5 Lula vence em apenas uma cidade de Roraima e Bolsonaro recebe maior percentual de votos do país no estado. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/eleicoes/2022/noticia/2022/10/31/estado-com-menor-numero-de-eleitores-no-brasil-roraima-garante-a-bolsonaro-7608percent-dos-votos-maior-percentual-do-pais.ghtml> Acesso dia 27.04.23

6 Estudo constata contaminação por mercúrio em yanomamis. Disponível em <https://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/estudo-constata-contaminacao-por-mercúrio-em-yanomamis/> Acesso dia 20.04.2023

1.038 hectares somente em 2021. São listados seis motivos para o aumento do garimpo nos últimos anos.

O aumento do preço do ouro no mercado internacional; 2) Falta de transparência na cadeia produtiva do ouro e falhas regulatórias que permitem fraudes na declaração de origem do metal extraído ilegalmente; 3) Fragilização das políticas ambientais e de proteção a direitos dos povos indígenas e, conseqüentemente, da fiscalização regular e coordenada da atividade ilícita em Terras Indígenas; 4) Agravamento da crise econômica e do desemprego no país, produzindo uma massa de mão de obra barata à ser explorada em condições de alta precariedade e periculosidade; 5) Inovações técnicas e organizacionais que permitem as estruturas do garimpo ilegal se comunicar e se locomoverem com muito mais agilidade; e 6) A política do atual governo de incentivo e apoio à atividade apesar do seu caráter ilegal, produzindo assim a expectativa de regularização da prática (Hutukara, 2022. p.10).

Para o relatório, com exceção do aumento do preço do ouro, os outros cinco fatores são frutos de decisões políticas e prevaricações de órgãos fiscalizadores.

Jair Bolsonaro, enquanto presidente, tentou de diversas formas incentivar a prática do garimpo em terras indígenas. Uma delas foi através do projeto de lei (PL) 191 2020<sup>7</sup>, de autoria do então presidente, do ministro da Justiça Sérgio Moro, e do ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque. A ideia do PL era permitir a garimpagem em terras indígenas mediante estudo técnico e autorização do presidente, sem consulta às comunidades afetadas.

Durante esse período, também existiram denúncias da Controladoria Geral da União (CGU) de que permissões de lavra garimpeira foram dadas pela Agência Nacional de Mineração sem fiscalização dos documentos de solicitação, uma vez que muitos desses se mostraram incompletos ou sem as devidas licenças ambientais<sup>8</sup>.

O apoio velado e declaratório à atividade ilegal acarretou em graves consequências, uma vez que a estimativa do governo federal em 2023 é de que cerca de 570 crianças na Terra Yanomami morreram por causas evitáveis entre 2019 e 2022. Por causa do mercúrio presente nos rios, que também contamina e prejudica a fauna e flora, há escassez de alimentos para cerca de 26 mil habitantes da região. Devido ao desligamento sistemático de unidades de saúde na Terra Yanomami para evitar denúncias de servidores contra

---

7 PL 191/2020 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236765> Consultado dia 25.04.23

8 Bolsonaro cumpre promessa e garimpo em terras indígenas cresce 632 por cento em uma década Disponível em: <https://observatoriodaminerao.com.br/bolsonaro-cumpre-promessa-e-garimpo-em-terras-indigenas-cresce-632-em-uma-decada/#:~:text=Jair%20Bolsonaro%2C%20que%20se%20orgulha,Funai%2C%20escalada%20para%20perseguir%20lideran%C3%A7as> Consultado dia 25.04.2023

garimpeiros, indígenas adoentados passaram a precisar ser transportados para Boa Vista para receber atendimento médico<sup>9</sup>.

Ainda conforme o relatório “Yanomami sob ataque”, dentre as nove macrorregiões da Terra Yanomami, a mais afetada é a Uraricoera, banhada pelo rio de mesmo nome. A região concentrou 45% de todo o desmatamento detectado pelo levantamento em 2022. Por lá existiam acampamentos, comércios e estruturas mais complexas no apoio ao garimpo. Isso foi possível devido à desativação de uma Base de Proteção Etnoambiental (BAPE), que deveria fiscalizar o fluxo de pessoas no rio Uraricoera. O transporte de cargas pelo caminho fluvial poderia custar até R\$2,5 mil, com o transporte de passageiros a R\$350. A logística ocorre com apoio de portos fora da Terra Yanomami, no município de Alto Alegre.

É nessa macrorregião que ocorreram conflitos armados entre garimpeiros e indígenas em 2021. Na época dos ataques, lideranças de Palimiu descreveram para o Ministério Público Federal o impacto do garimpo no dia a dia dos habitantes. Segundo o relatório: “antes da invasão ‘a pescaria era boa, a caçaria era boa’, mas agora não, o rio está contaminado (xami) e a caça emagreceu (yaropë romihipë). Descreveram áreas degradadas pela atividade, tanto na margem do rio, quanto no interior da floresta, que antes faziam parte da sua área de uso cotidiano e que hoje não podem mais ser acessadas pelas famílias. Assim, para caçar, pescar e coletar frutos devem-se deslocar para locais mais distantes, o que tem comprometido o tempo disponível para outras tarefas”.

Essa retaliação aos indígenas Yanomami não é um caso isolado. Entre outros ataques, um menos divulgado por grandes meios de comunicação foi o episódio de dezembro de 2022 no qual garimpeiros queimaram um posto de saúde indígena da comunidade Homoxi por vingança após ação da Polícia Federal que queimou helicópteros e maquinários em garimpo próximo do local<sup>10</sup>.

O relatório “A reinvenção do garimpo no Brasil” (Cabette Fábio, 2022) busca abordar a questão garimpeira sob perspectiva estrutural. O documento explica que para um garimpo existir, é necessário que ele tenha um “dono”. Geralmente, essa pessoa ganha a alcunha por ser dona do maquinário usado na extração de minérios. O “dono”, que raramente aparece no garimpo. Ao invés disso, um “gerente” é contratado para organizar a moradia dos contratados, estabelecer regras e fiscalizar comércios e funcionários. Sobre o perfil dos funcionários em garimpos ilegais, um levantamento apresentado pelo relatório, do Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) de 2008, estima que a maioria são homens com experiência na agricultura ou construção civil e de baixo nível de escolaridade, com

9 Equipes enviadas ao território yanomami sofrem ameaças. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-01/equipes-enviadas-territorio-yanomami-sofrem-ameacas> Consultado dia 25.04.2023

10Incêndio em unidade de saúde de TI Yanomami revela ineficiência em operações contra garimpeiros Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/12/incendio-em-unidade-de-saude-de-ti-yanomami-revela-ineficiencia-em-operacoes-contragarimpeiros/> Acesso em: 10.05.23

muitos analfabetos ou com ensino fundamental incompleto. Os contratados trabalham cerca de 60 horas por semana e recebem de 20% a 30% da produção.

Parte do dinheiro recebido pelos contratados é gasto no próprio garimpo com alimentos, roupas, bebidas e demais serviços como restaurantes, bares e prostíbulos. A economia funciona à base de gramas de ouro, o que inflaciona os preços dos comércios. Para o relatório, esse é um tipo de relação análoga à escravidão. Em Roraima, os garimpeiros contratados já chegam na Terra Yanomami endividados com os “donos”. É que o transporte de Boa Vista para a região só é possível por avião, cujo serviço de traslado costuma custar entre R\$10 mil e R\$12 mil. Ou seja, o contratado chega no trabalho endividado pelo custo da sua ida e mais o de sua volta para Boa Vista (Cabette Fábio, 2022).

Valdir José do Nascimento, conhecido como Japão, conta com um comércio milionário de transporte aéreo no estado, e foi apontado pelo Ministério Público Federal como “o maior fomentador do garimpo ilícito em Terra Yanomami” por oferecer seus serviços para transporte de pessoas e diversos outros insumos para os garimpos. Uma de suas empresas, a Icarai Turismo Táxi Aéreo, teve contratos firmados com o Ministério da Saúde para o atendimento na Terra Yanomami durante a pandemia. A companhia já recebeu R\$24,3 milhões dos cofres públicos, sendo que R\$17 milhões foram no governo Jair Bolsonaro. O piloto Thiago Cappelle também foi denunciado pelo Ministério Público Federal por organização criminosa em 2020, e presta serviços para políticos roraimenses como o senador Chico Rodrigues e a família Campos, que conta com dois ex-governadores<sup>11</sup>.

Para que os minérios extraídos passem a circular no mercado de forma legal, é preciso primeiro uma “lavagem”. O relatório (Cabette Fábio, 2022) detalha que isso pode ocorrer com ajuda da lei 12.844

2013, sancionada pela então presidente Dilma Rousseff, que contribuiu para que o atual ciclo de extração ilegal de ouro tivesse início na Amazonia. O esquema funciona da seguinte forma: uma pessoa que possui autorização de lavra garimpeira (fora de territórios indígenas) alega que a extração dos minérios ocorreu na região autorizada, e autoriza o transporte dos minérios para um posto de compra autorizado com a bandeira da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM). Na região norte existem dois postos, um em Manaus, no Amazonas, e outro em Itaituba, no Pará.

No esquema, qualquer pessoa pode ir até o posto e vender minérios alegando que a extração ocorreu em um solo com Permissão de Lavra Garimpeira Regular (PLG). A instituição financeira ou estabelecimento que comprar os minérios pode utilizar títulos minerários legais para cadastrar uma transação com o vendedor. Ou, ainda, o próprio vendedor pode declarar que extraiu os minérios em uma área com título legalizado. As notas fiscais guardadas pelas DTVMs são todas impressas, o que facilita ainda mais a lavagem dos minérios.

---

<sup>11</sup>Quanto fatura um piloto de aeronaves no garimpo Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/quanto-fatura-um-piloto-de-aeronaves-no-garimpo/> Acesso em: 10.10.22



Conforme Cabette Fábio (2022), no Brasil é mais fácil vender ouro ilegal do que adquirir remédios controlados em drogarias, que contam com fiscalização informatizada. Existe ainda o princípio de “boa fé no vendedor” que compradores podem alegar, o que os isenta o comprador de responsabilidade pelo comércio de ouro ilegal.

A Lei 12.844 de 2013 contribuiu para impulsionar o garimpo ilegal ao facilitar a lavagem de ouro no Brasil. Ela determina que o transporte do ouro dentro da região garimpeira (a área sobre a qual vigora a permissão de lavra garimpeira) pode ser feito pelo garimpeiro, por seus parceiros, ‘membros da cadeia produtiva’ e ‘respectivos mandatários’. A cadeia produtiva inclui ‘piloto de avião, comerciantes de suprimentos ao garimpo, fornecedores de óleo combustível, equipamentos e outros agentes’ (Cabette Fábio, 2022. p. 76).

Em Roraima, a única pessoa que possui a PLG é o empresário e minerador Rodrigo Martins de Mello, conhecido como Rodrigo Cataratas. Ele lidera um movimento pró-garimpo no estado chamado “Garimpo é legal”, e chegou a ser candidato a deputado federal em 2022. Em dezembro desse ano, após perder a eleição, o empresário foi denunciado pelo Ministério Público Federal por suspeita de chefiar garimpos na Terra Yanomami com uso de 23 aeronaves e infra estruturas para exploração de minérios e acomodação de comércios. A suspeita da Polícia Federal é que a organização criminosa movimentou mais de R\$200 milhões em dois anos, além de 3 milhões de litros de gasolina em somente um ano e meio<sup>12</sup>.

Desde a década de 1980, a lavagem de minérios em Roraima ocorre tradicionalmente por meio de joalherias de fachada, criadas apenas para comprar minérios de garimpeiros e revender para as DTVMs alegando extração em território autorizado. No Centro de Boa Vista existe a “rua do ouro”, um conjunto de joalherias voltadas para essa atividade há quase 40 anos. Os sites de jornalismo investigativo independente Amazônia Real e Repórter Brasil publicaram em parceria matérias a respeito desse comércio, e outros aspectos presentes na estrutura do garimpo ilegal Roraima, em uma série de reportagens publicadas em 2021 sob o nome “Ouro do sangue Yanomami”<sup>13</sup>.

Em maio de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) votou por unanimidade pela suspensão do mecanismo de “boa fé do vendedor” que não culpabiliza compradores do ouro ilegal, e determinou que a União crie outro marco normativo para fiscalização do mercado de ouro no Brasil<sup>14</sup>.

<sup>12</sup>Empresário bolsonarista é denunciado sob suspeita de chefiar garimpo em área Yanomami Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/12/empresario-bolsonarista-e-denunciado-sob-suspeita-de-chefiar-garimpo-em-area-yanomami.shtml> Acesso dia 27.04.23

<sup>13</sup>Ouro do sangue Yanomami. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/garimpo-ilegal/> Acesso dia 27.04.23

<sup>14</sup>Por unanimidade, STF mantém suspensão de boa fé do vendedor de ouro Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/por-unanimidade-stf-mantem-suspensao-de-boia-fe-no-comercio-de-ouro/> Acesso em: 10.05.23

O garimpo também é atraente para facções criminosas, uma vez que lavagens de dinheiro são mais fáceis por meio dos minérios ilegais. Segundo o relatório, facções em toda a América Latina costumam se associarem ao garimpo ilegal pois a facilidade também é presente em países vizinhos ao Brasil. Nos garimpos ilegais de Roraima, há evidências de envolvimento da facção Primeiro Comando da Capital (PCC), criada em São Paulo no início dos anos 1990. Em 2013, a facção chegou à Roraima e em poucos anos estabeleceu domínio na rota de tráfico de drogas e armas no estado, considerada fundamental pois abre oportunidades de comércio com a Venezuela e a Guiana. Para além da lavagem de dinheiro, os garimpos também são utilizados pelo PCC para esconder foragidos, transportar e vender drogas e armas, exploração de trabalho análogo à escravidão, tráfico humano e tráfico sexual. A facção é aliada de donos de maquinários e ajuda na segurança dos garimpeiros, além de também contribuir no transporte de insumos, como no caso que gerou o conflito armado com os indígenas<sup>15</sup>.

Nas eleições de 2022 para presidente, Luis Inácio Lula da Silva derrotou Jair Bolsonaro, que buscava a reeleição. Ao contrário do então presidente, Lula declarou ser contrário ao garimpo em terras indígenas. É possível que essa manifestação tenha sido prejudicial para Lula em Roraima, pois o então presidente favorável ao garimpo obteve 76,08% dos votos no segundo turno, tornando este o estado que proporcionalmente mais votou no candidato à reeleição. O único município roraimense em que Lula ganhou o pleito foi o Uiramutã, considerado o de maior população proporcionalmente indígena do estado<sup>16</sup>.

No primeiro mês do novo mandato, em janeiro de 2023, Lula foi para Roraima averiguar a situação de indígenas Yanomami vítimas da fome e da contaminação de mercúrio. O governo federal decretou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional no dia 21 de janeiro, o que iniciou uma operação interministerial para frear os avanços criminosos na terra indígena. No primeiro semestre de 2023, estima-se que houve a expulsão de entre 70% a 80% dos garimpeiros que estavam na Terra Yanomami. No segundo semestre, porém, houve um relaxamento na fiscalização e repressão de invasores após as Forças Armadas assumirem protagonismo do comando das operações. Com isso, o garimpo ainda conseguiu crescer 7% em 2023. (HUTUKARA, 2024)

Em 2024, houveram avanços mais significativos, como a reativação de todos os postos de saúde indígena que estavam desocupados, queda de 68% das mortes causadas por desnutrição, redução de 95% de aberturas de novos garimpos em comparação com 2022 e a

---

15PCC atua como síndico do garimpo ilegal em Terra Yanomami Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/pcc-atua-como-sindico-do-garimpo-ilegal-em-terra-yanomami-area-teve-13-mortes-esta-semana/> Acesso em 10.05.23

16Estado com menor número de eleitores no Brasil garante à Bolsonaro 76.08% dos votos, maior percentual do país <https://g1.globo.com/rr/roraima/eleicoes/2022/noticia/2022/10/31/estado-com-menor-numero-de-eleitores-no-brasil-roraima-garante-a-bolsonaro-7608percent-dos-votos-maior-percentual-do-pais.ghtml> Acesso dia 27.04.23

contratação de mais profissionais de saúde<sup>17</sup>. Mais importante foi o retorno de plantações nas comunidades, prejudicadas por anos pelo garimpo<sup>18</sup>.

Em outubro de 2024, a dona de um dos garimpos da Terra Yanomami, Irismar Cruz Machado, foi presa pela Polícia Federal. No mês seguinte, uma decisão judicial a liberou da prisão preventiva e determinou somente o cumprimento de medidas cautelares. A líder do “garimpo da Íris” é conhecida como a “rainha do garimpo” por contar com um exército de mercenários que estorna parte do lucro de garimpeiros, protege o garimpo e ameaça indígenas e autoridades<sup>19</sup>. Esse grupo se autodenomina como “The Expendables” (Os Mercenários), em homenagem ao filme de ação de 2009 dirigido e protagonizado por Sylvester Stallone. O grupo utiliza roupas militarizadas e costuma ostentar armas pesadas, da mesma forma que os personagens do filme do Stallone. Esse grupo é acusado pela Polícia Federal como responsável pelos conflitos armados contra indígenas em 2021<sup>20</sup>.

A “rainha do garimpo” foi presa com o seu filho, Pablo Severo Machado, acusado de ser sócio na administração do garimpo da Íris. Ele é conhecido pelo apelido “príncipe do garimpo”. Legalmente, os dois são proprietários da empresa Machado Cristo Rei, voltada para criação de gado em Mucajaí, município próximo de Boa Vista<sup>21</sup>.

Rodrigo Cataratas, outro suspeito de administrar garimpo na Terra Indígena Yanomami, se mudou para a Guiana em outubro de 2023 e abriu um novo garimpo por lá. A mudança ocorreu duas semanas após se tornar réu por garimpo na Justiça Federal pela quinta vez<sup>22</sup>. Apesar dos avanços, o garimpo ainda demonstra ser uma atividade que consegue se sustentar por ser abastecida pelo dinheiro e influência de políticos, empresários, membros de facções criminosas e policiais militares<sup>23</sup>. As vítimas desse sistema são

---

17Dois anos de ações federais na terra Yanomami: Garimpo ilegal despenca e mortes por desnutrição caem 68% <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2025/dois-anos-de-acoes-federais-na-terra-yanomami-garimpo-ilegal-despenca-e-mortes-por-desnutricao-caem-68> Acesso dia 28.02.2025

18Indígenas Yanomami voltam a cultivar roças para subsistência e já utilizam área equivalente a 32 campos de futebol <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202502/indigenas-yanomami-voltam-a-cultivar-rocas-para-subsistencia-e-ja-utilizam-area-equivalente-a-32-campos-de-futebol> Acesso dia 28.02.2025

19Império da rainha do garimpo tem fortaleza de ouro e temor do PCC <https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-mira/imperio-da-rainha-do-garimpo-tem-fortaleza-de-ouro-e-temor-do-pcc> Acesso dia 15.02.2025

20Rainha do garimpo tem exército de mercenários e massacrou indígenas <https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-mira/rainha-do-garimpo-tem-exercito-de-mercenarios-e-massacrou-indigenas> Acesso dia 14.02.2025

21Com império o ouro, príncipe do garimpo recebeu auxílio emergencial <https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-mira/com-imperio-do-ouro-principe-do-garimpo-recebeu-auxilio-emergencial> Acesso dia 14.02.2025

22Réu no Brasil, líder garimpeiro leva negócio à Guiana e mira eleição em Roraima. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/04/07/reu-por-garimpo-na-terra-yanomami-leva-negocio-a-guiana-e-mira-elecoes.htm> Acesso dia 20.04.2025

23Dois anos de ações repressivas ao garimpo e um poderio difícil de ser combatido <https://www.folhabv.com.br/colunas/dois-anos-de-acoes-repressivas-ao-garimpo-e-um-poderio-dificil-de-ser-combatido/> Acesso dia 22.02.2025

justamente os garimpeiros autônomos, que acreditam que podem mudar de vida por meio da atividade e nos supostos benefícios para a economia de Roraima.

Há estudos que apontam que os impactos socioeconômicos da garimpagem são pequenos, uma vez que a maior parte do lucro arrecadado acaba nas mãos de apenas alguns donos de maquinários. Além disso, os efeitos do dinheiro de garimpo são de curta duração para outros beneficiados devido à natureza meramente extrativista da atividade. O Instituto Socioambiental publicou um estudo que constata que municípios da região norte do país afetados pelo garimpo contam com Índice de Progresso Social (IPS) inferior à média da Amazônia Legal (Oviedo e Araújo, 2022). Já o Instituto Escolhas (2021) aponta que os impactos do garimpo no Produto Interno Bruto (PIB) duram no máximo cinco anos, pois uma vez que os minérios se tornam escassos, não há mais onde extrair lucros, e outras formas de ganho financeiro com a fauna e flora ficam comprometidas devido o desmatamento.

Ou seja, o garimpo pode até trazer uma renda momentânea, mas sem a garantia de estabilidade financeira para trabalhadores marginalizados, estados ou municípios. Afinal, um comércio não é mantido somente com ganhos financeiros momentâneos. É preciso que o consumo seja constante. Sem estabilidade, não há crescimento econômico ou desenvolvimento social real. A consequência é um estado cuja maior parte da população depende de trabalhos informais para sobreviver.

#### 1.4 Análise Cultural

Com auxílio dos estudos culturais, é possível compreender que a narrativa que favorece o garimpo roraimense é fundada nos interesses de agentes presentes em três grupos sociais: os militares, os empresários e os políticos. Os objetivos desses agentes podem ser resumidos em lucro e influência hegemônica, mas existem particularidades que compõem os interesses de cada um desses grupos.

Desde a Era Vargas, os militares têm interesse na ocupação da floresta amazônica por acreditarem que estariam protegendo a população brasileira de estrangeiros. A ideia de “combate ao estrangeiro” é fundador da identidade militar brasileira. O militar Nascimento (2019) demonstra isso ao pontuar que apesar do Exército Brasileiro ter sido oficialmente fundado com a Independência do Brasil em 1822, as batalhas dos Guararapes do século XVII seriam o início do “patriotismo” que funda os princípios da instituição. Este seria o caso uma vez que foram nesses conflitos que colonizadores portugueses, escravos e indígenas (descritos por Deberge como brancos, negros e ameríndios) se uniram contra invasores holandeses na capitania de Pernambuco.

Existe aqui um porém. A luta que ocorreu ali não era para proteger um país, mas sim uma colônia. Mesmo assim, Nascimento (2019) acredita que a união entre colonizadores portugueses, escravos e indígenas em lutas armadas representa um amor territorial que supera as diferenças. “Logo, não era mais Portugal, e sim o Brasil que enfrentava a Holanda” (p. 18). É inegável que a memória dessas batalhas inspira um sentimento de “camaradagem”

que sobressai as diferenças étnicas, mas no fim das contas foram os portugueses que garantiram o domínio colonial pelos próximos séculos. Os negros ainda eram escravos e os indígenas ainda eram perseguidos. A união das três forças somente perpetuou o projeto colonizatório português. Em outras palavras, a união entre as raças é agradável na ideologia militar desde que alinhadas pelo colonialismo.

O militarismo apoia a união dos povos, porém acredita que isso deve ocorrer somente sob uma só cultura. E se for observado que segundo Williams (1979) o conceito de “cultura” era sinônimo de “civilidade” na Europa em meio à revolução industrial, é possível supor qual o tipo de “cultura” que o militarismo brasileiro acredita que deva ser essa.

Nascimento (2019) exalta as contribuições científicas do exército na atualidade, e exemplifica a mineralogia como exemplo. Ele pontua: “O objetivo do Exército é estabelecer uma ligação entre suas atividades e os interesses nacionais de forma a definir seu caráter civilizador” (p. 23).

Os agentes empresariais podem ser apontados como as grandes mineradoras, uma vez que foram beneficiadas pela ditadura militar e contaram com forte articulação política e de meios de comunicação para garantir que o extrativismo na floresta amazônica fosse contínuo e visto como benéfico no século XX. Entretanto, após a demarcação da Terra Indígena Yanomami, esse pilar tornou-se complexo. Como o garimpo na região é criminoso, os envolvidos no financiamento da atividade não podem ser somente considerados empresários. Todavia, os acusados de financiar a atividade como o Cataratas, a “rainha do garimpo” e o “japão” contam com negócios legais e influência política. Portanto, para todos os efeitos, parte do garimpo ilegal ao menos depende de uma oligarquia que seja engajada o suficiente para proporcionar tanto os materiais de trabalho para o contratado quanto o transporte e os comércios que usam o ouro como moeda de troca.

A outra parte do garimpo ilegal na Terra Yanomami é administrado pelo PCC. Mas o discurso que defende o garimpo em Roraima se preocupa em não se associar com o crime organizado. A necessidade do garimpeiro se considerar um trabalhador parte do princípio de que um “trabalhador” é popularmente apontado como o oposto de um “criminoso” (Silveira, 2023). Os estudos culturais apontam que as identidades são formadas em contraste a outras (Hall, 1992). Se alguém declara que acredita em Deus, por exemplo, essa pessoa também está dizendo que não acredita no ateísmo. Afirmar uma característica identitária também significa negar outras. No caso do discurso favorável ao garimpo roraimense, afirmar que um garimpeiro é trabalhador implica distanciar a representação garimpeira da criminalidade simbolizada pelo PCC, mercenários e a prostituição de menores. Esse é mais um exemplar da prática da memória seletiva.

Por fim, há os agentes políticos. Sejam por intenções eleitorais ou para benefícios individuais, políticos como os senadores Mecias de Jesus, Hiran Gonçalves e Chico Rodrigues já se manifestaram favoráveis à atividade ilegal. No início do mandato de Lula em 2023, os três se uniram para articular medidas que visavam abrandar os critérios de garimpagem e diminuir o “dano social” da retirada de garimpeiros da Terra Yanomami (Lima, 2023).

Durante o mandato de Bolsonaro, esses políticos abertamente declaravam que articulavam a legalização do garimpo em Terra Yanomami usando do argumento econômico<sup>24</sup>. Após repercussão nacional da calamidade enfrentada pelos Yanomami no início do mandato de Lula, eles mudaram o tom e os argumentos do discurso. A abordagem passou a ser humanitária. Chico, Mecias e Hiran agora argumentam que assim como os indígenas Yanomami, os garimpeiros também merecem tratamento humanizado e auxílio do governo federal<sup>25</sup>.

Mesmo que o discurso seja atrelado a defesa de praticantes de uma atividade ilegal, falas pontuais como a de Hiran em entrevista à TV Senado em fevereiro de 2023<sup>26</sup> revelam a necessidade do desenvolvimento de outras atividades econômicas em Roraima que possam empregar milhares de roraimenses de baixa renda que dependem de trabalhos informais para sustento. Nas palavras do parlamentar: “Precisamos de sugestões de políticas públicas de médio e longo prazo para garantir que esses operários do garimpo não voltem para lá [...] várias operações já aconteceram desintrusando a reserva de garimpeiros, e eles acabam voltando para lá porque não há uma política que garanta a vigilância daquela extensa reserva [...] e também um apoio a essas pessoas que vislumbram no garimpo uma vida mais digna para suas famílias”.

## 1.5 Considerações Finais

Um dos fenômenos históricos que estão presentes na defesa do garimpo ilegal é a corrida do ouro que antecedeu a demarcação da Terra Yanomami. O saudosismo pelo alto fluxo de pessoas, o vibrante consumo em comércios, e o espírito de camaradagem entre garimpeiros da época compõem a euforia que alimenta o desejo de continuar a garimpagem na Terra Yanomami. Esse é o poder da memória coletiva garimpeira em Roraima. E ela é seletiva ao desconsiderar ou minimizar os impactos ambientais e contra indígenas Yanomami.

É por isso que para além da expulsão de invasores e investigação de financiadores, o combate ao garimpo também significa lutar pela memória coletiva. São inúmeros os estudos que mostram prejuízos do garimpo tanto para o meio ambiente quanto para a sociedade local como um todo. Argumentos como a possibilidade de crescimento econômico não são sustentados por levantamentos científicos. Mesmo assim, a memória que permanece na defesa do garimpo roraimense é do tempo de euforia, das pessoas de várias localidades chegando no estado, das diversas trocas culturais e fervor do comércio.

---

24Vídeo do Metrôpoles - Chico Rodrigues. Disponível em: <https://www.tiktok.com/@metropolesoficial/video/7200805199051574534> Acesso em: 06.04.25

25Roraima 1 - Mecias de Jesus questiona Flávio Dino sobre perícia após mortes em garimpo. Disponível em: <https://roraima1.com.br/mecias-de-jesus-questiona-flavio-dino-sobre-pericia-apos-mortes-em-garimpo/> Acesso em: 05.04.25. TV Senado - Chico Rodrigues. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=duSSYbQK--U>.

26TV Senado - Hiran Gonçalves. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bwYVoz6Qlxw> Acesso em: 06.04.25



Para aqueles que são contrários ao garimpo, se faz necessário um discurso que demonstre que a defesa da atividade ilegal significa a continuidade de um projeto que dura somente alguns anos e não gera desenvolvimento econômico regional. Até mesmo os garimpos de Minas Gerais descobertos por representantes da coroa portuguesa foram esgotados no final do século XVIII, e o desenvolvimento do sudeste passou a depender da agricultura e pecuária em outras localidades da região (Prado Júnior, 1981). Séculos atrás, o garimpo era praticado com instrumentos simples, sem mercúrio. Isso significa que os impactos ambientais do garimpo atual são não somente piores, como também irreversíveis<sup>27</sup>.

A euforia do garimpo roraimense antecede o fim. Depois que todos os minérios forem extraídos, não haverá mais pessoas no local e os comércios não mais lucrarão. O que sobrar será somente lama onde um dia já foi fauna e flora. Outras possibilidades econômicas que a floresta oferece, como a pesca e a agricultura, estarão comprometidas. Se Roraima fosse de fato um estado cuja única oportunidade econômica é o garimpo, isso implica que esse é um território no qual não vale a pena investir em demais segmentos, pois já não restarão mais outras alternativas depois que os minérios ficarem escassos.

## 1.6 Referências Bibliográficas

ALBERT, Bruce. O MASSACRE DOS YANOMAMI DE HAXIMU. In: Comissão Pró-Yanomami. Haximu: foi genocídio! Documentos Yanomami. v. 1, ago. 2001. pp. 39-50.

CABETTE FÁBIO, André. A REINVENÇÃO DO GARIMPO NO BRASIL. LACED - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2022.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. A VERDADEIRA CONSPIRAÇÃO CONTRA OS POVOS INDÍGENAS, IGREJA E O BRASIL. Conselho Nacional dos Bispos do Brasil. Brasília - DF, 1987. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/verdadeira-conspiracao-contra-os-povos-indigenas-igreja-e-o-brasil>  
Acesso em: 04.04.25

DALMONEGO, Corrado; OLIVEIRA, Márcia Maria de; ROBERTI JUNIOR, João Paulo; REIS, Tiago Siqueira. A CORRIDA DO OURO NA TERRA YANOMAMI: GARIMPO E GENOCÍDIO DE HAXIMU. Argum, Vitória - ES, v.16, n.3, p. 150-163. 2024.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; SANTOS, Reinaldo Onofre dos. O VERTIGINOSO CRESCIMENTO POPULACIONAL DE RORAIMA: SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS. Caderno de Geografia, vol. 15, n. 25. Universidade Católica de Minas Gerais - Belo Horizonte, 2005. p. 33-44.

OVIEDO, Antonio. ARAÚJO, Victor da Silva. O GARIMPO EM TERRAS INDÍGENAS NÃO TRAZ PROGRESSO SOCIAL. Instituto Socioambiental (ISA), 2022.

---

27A legislação e a história do garimpo de ouro no Brasil - Associação Nacional do Ouro. Disponível em: <https://www.anoro.com.br/post/a-legisla%C3%A7%C3%A3o-e-a-hist%C3%B3ria-do-garimpo-de-ouro-no-brasil> Acesso em: 06.03.25

Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/estudo-do-isa-comprova-que-garimpo-impede-progresso-social-da-amazonia> Acesso em: 04.01.25

HALL, Stuart. DA DIÁSPORA: IDENTIDADES E MEDIAÇÕES CULTURAIS. Organização: Liv Sovik; Tradução: Adelaine La Guardia Resende... [et al.]. - 2. ed. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HALL, Stuart. IDENTIDADES CULTURAIS NA PÓS-MODERNIDADE. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI. NOTA TÉCNICA - ATUALIZAÇÕES SOBRE O GARIMPO NA TIY E SEUS IMPACTOS NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO PERÍODO DE EMERGÊNCIA SANITÁRIA. Brasília, 26 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/yad00623.pdf> Acesso em: 7 de fevereiro de 2025

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI. YANOMAMI SOB ATAQUE: GARIMPO ILEGAL NA TERRA INDÍGENA YANOMAMI E PROPOSTAS PARA COMBATÊ-LO, Boa Vista - Roraima, abril de 2022. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/atualizacoes-sobre-o-garimpo-na-terra-indigena-yanomami-e-seus-impactos-na> Acesso em: 7 de fevereiro de 2025

INSTITUTO ESCOLHAS. QUAL O REAL IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA EXPLORAÇÃO DE OURO E DIAMANTE NA AMAZÔNIA?. Instituto Escolhas - São Paulo, Janeiro de 2021. Disponível em: <https://escolhas.org/wp-content/uploads/Sum%C3%A1rio-Executivo-Qual-o-real-impacto-socioecon%C3%B4mico-da-explora%C3%A7%C3%A3o-de-ouro-e-diamantes-na-Amaz%C3%B4nia-.pdf> Acesso em: 27.02.25

JUNIOR, Manoel Ribeiro Lobo. VISTA DOS GRUPOS POLÍTICOS, CLIENTELISMO E CORRUPÇÃO EM RORAIMA. Textos & Debates, Boa Vista, n.25, p. 41-62, 2015.

NASCIMENTO, Thiago Deberges. A FORMAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO: CONSCIÊNCIA EMOCIONAL, INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) – Escola de Saúde do Exército, Programa de Pós-Graduação em Aplicações Complementares às Ciências Militares, Salvador - Bahia, 2019.

LE GOFF, J. HISTÓRIA E MEMÓRIA. Campinas: editora da UNICAMP, 2013. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf> . Acesso em: 23 de outubro de 2024

LIMA, Leanderson. FILHO DE SENADOR PRÓ-GARIMPO GANHA CARGO VITALÍCIO NO TCU. Portal Amazônia Real, publicado em 08/02/2023. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/pro-garimpo/> Acesso em: 04.04.24

MENEZES, Fernando Dominience. ENUNCIADOS SOBRE O FUTURO: DITADURA MILITAR, TRANSAMAZÔNICA E A CONSTRUÇÃO DO “BRASIL GRANDE”. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília - UNB, 2007.

NASCIMENTO, Claudia H. et al. MODERNIDADE E CONTEMPORANEIDADE NA ARQUITETURA PÚBLICA DE BOA VISTA. 1º Seminário de Arquitetura Moderna da Amazônia. Universidade Federal de Roraima (UFRR), 2016.

NASCIMENTO, Claudia; SILVA, Aldeniza Guimarães da. DO DIAMANTE AO PÓ: RELATOS SOBRE A MORTE NO GARIMPO DE DIAMANTES NO TEPEQUÉM/RR. Coletânea de artigos Patrimônio Cultural de Roraima, Boa Vista - Roraima, p.173-191, IPHAN - 2019.

OLIVEIRA, José Carlos. GARIMPO NO BRASIL - UMA BREVE HISTÓRIA. Reportagem da Rádio Câmara, Câmara dos Deputados. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/392978-garimpo-no-brasil-uma-breve-historia/>

Acesso em: 20.04.24

ORTIZ, Renato. A MODERNA TRADIÇÃO BRASILEIRA: CULTURA BRASILEIRA E INDÚSTRIA NACIONAL. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988

PÓVOA-NETO, Helion. MIGRANTES, GARIMPEIROS E SEU “LUGAR” NO TERRITÓRIO NACIONAL: ITINERÂNCIA E MOBILIDADE ESPACIAL DO TRABALHO. Geo UERJ, [S. l.], n. 2, pp. 43-50, fevereiro de 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

RIBEIRO, Darcy. O POVO BRASILEIRO: A FORMAÇÃO E O SENTIDO DO BRASIL. - 3ª edição - São Paulo: Global, 2015.

SANTOS, Alex Filipe Gomes de. AMAZÔNIA, PROPAGANDA E PUBLICIDADE: O CASO DA FAZENDA DA VOLKSWAGEN. Faces da História - UNESP, Assis/SP, v.6, nº2, p.459-477, jul./dez., 2019.

SANTOS, Adriana Gomes. GARIMPEIROS, QUANDO “A COBRA TÁ FUMANDO”: CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO NOS GARIMPOS EM RORAIMA (1975-1991). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) - Minas Gerais, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloisa Maria Murgel. BRASIL: UMA BIOGRAFIA. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVEIRA, Isolda Maciel da; GATTI, Marcelo. NOTAS SOBRE A OCUPAÇÃO DE RORAIMA, MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia, v. 4, n. 1, p. 43-64, Belém - Pará, 1988.

SILVEIRA, Pedro Henrique Barbosa da. A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO PRÓ-GARIMPO EM RORAIMA E SUAS REPRESENTAÇÕES NO INSTAGRAM.

Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Contemporaneidade da Faculdade Cásper Líbero. São Paulo - SP, 2023.

VERAS, A.T.R. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE BOA VISTA - RORAIMA. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP), 2009.

WILLIAMS, Raymond. CULTURA E MATERIALISMO ; tradução André Glaser - São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. MARXISMO E LITERATURA. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.